
009ª SESSÃO ORDINÁRIA 21FEV2019 (Texto com revisão.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas vereadores, vereadoras, antes de entrar no tema mais específico, quero aproveitar aqui a presença do assessor da Secretaria Municipal da Saúde, Djedah, para dizer que foi muito importante a ação da Secretaria Municipal da Saúde ao tratar a questão dos médicos do Timbaúva. Então, queria agradecer ao Djedah, ao Secretário Pablo. Claro, quero dizer que ainda restam problemas, necessitamos de mais profissionais. E especialmente queria uma atenção porque no mês de março faltará dentista, porque a dentista vai entrar em férias, então, já queria lhe alertar que na semana que vem vamos ter um outro problema.

Colegas vereadores e vereadoras, todos devem ter visto que hoje, pela manhã, houve uma grande mobilização na cidade de Porto Alegre. Hoje pela manhã, os taxistas, mais uma vez, saíram unidos às ruas da Capital, unidos por uma razão muito simples, especialmente os vereadores da CCJ têm acompanhado, aprovamos a lei geral dos táxis aqui nesta Casa, que foi sancionada pelo prefeito com vetos, mas nós derrubamos os vetos. E agora nós temos uma lei geral que diz que o sistema de táxi é algo de utilidade pública e é autorizado, não é mais um serviço fruto de permissão. Muda completamente. Portanto, para aqueles que tinham solicitado transferências, isso não tem mais sentido; isso foi inclusive cancelado pelas nossas reuniões na CCJ, com a concordância do jurídico da EPTC e da PGM. Só que até agora não saiu, ainda, pasmem, a regulamentação, o decreto regulamentando; está mais do que atrasado. A promessa é de que agora em março se resolva isso, mas é tarde, há pessoas que precisam trabalhar. Havia mais de 500 pedidos para transferência. Portanto, nós propusemos que esses 500 sejam os primeiros a serem autorizados, e que, independentemente do decreto, a

Prefeitura estará dentro da lei, dentro da lei geral se autorizar os 3.900 taxistas permissionados até o dia da sanção da lei; depois, não tem mais o permissionado. Inclusive isso já foi pacificado pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, por que a EPTC demora? Por que a PGM não toma uma atitude? Porque o prefeito é contra o sistema de táxi. O prefeito disse que os táxis vão acabar – é outra ideia de jerico que alguém enfiou na cabeça do prefeito, como aquela de fracionar o Plano Diretor. Isso não pode mais continuar. Nós estamos aqui para defender a aplicação imediata da lei geral dos táxis, porque isso foi a decisão soberana, democrática, limpa, transparente desta Casa Legislativa e com apoio da maioria da categoria dos taxistas de Porto Alegre. Não podemos aceitar tergiversações. Nós não podemos aceita lenga-lenga, mas a lenga-lenga existe, porque a PGM não enfrenta o Ministério Público e uma decisão judicial sobre a questão dos aplicativos. Estamos perdendo fortunas nessa questão dos aplicativos. Pena que o Camozzato não está aqui, porque quero debater essa questão com o Partido NOVO, que se diz liberal, mas, no entanto, fez confusão autoritária, quando entrou na Justiça, porque não respeita a decisão soberana deste plenário. Este é o debate que eu quero fazer, respeitosamente. Todo mundo tem de fazer exame toxicológico. Nós tiramos a biometria da lei, e a EPTC volta a teimar que quer... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, Ver.^a Mônica. A biometria foi tirada, emenda proposta por mim e aprovada pelos senhores vereadores e pelas senhoras vereadoras. O Ver. Ferronato colocou outro dispositivo, poderá ter, mas não é biometria, é caríssimo, é trancador, não funciona. Em defesa da lei, em defesa da soberania deste plenário, que se aplique a lei geral dos táxis. Hoje, foi a primeira carreata, outras virão, se isso não for feito como manda o figurino da lei. Existe democracia no País, existe voto, existe parlamento. Em defesa da Câmara Municipal, contra o autoritarismo da EPTC, em defesa dos táxis, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nos chama atenção que a procriação de animais gera também problemas

como os que estão ocorrendo em Porto Alegre, novamente, com uma zoonose que leva a óbito pessoas e animais: a leishmaniose. Transmitida por meio de um mosquito chamado mosquito-palha em regiões que tem umidade, falta de limpeza, e já atingiu várias áreas da Cidade, houve óbitos e há mais dois casos sob suspeita na região próxima de onde moro. A própria área de saúde municipal, em 2016, também teve dificuldade de detectar pessoas infectadas. O que ocorreu foi a emissão, depois da descoberta e de óbitos, de um boletim epidemiológico para todos os postos, alertando sintomas como febre irregular prolongada, anemia, palidez de pele e das mucosas, falta de apetite, perda de peso, inchaço do abdome, devido ao aumento do fígado e do baço, escamação da pele em volta da boca e da cabeça e pequenos abscessos no couro cabeludo – isso para servir de alerta no diagnóstico. Para ser comprovado, é por exame de sangue, para a proteção humana ainda se recomenda repelentes e medicamentos para eliminar parasitas. A leishmaniose visceral infecta o humano e leva a morte pessoas não tratadas, crianças desnutridas e portadores de infecções pelo vírus HIV.

Nos animais, que também é a nossa grande preocupação, os sintomas são enfraquecimento do pelo, ferida no focinho, apatia, perda de peso, aumento do volume do abdome e crescimento das unhas. Às vezes, os animais, como cão, gato, cavalo e roedores podem não apresentar os sintomas. Aí só com exame específico para confirmar, e depois ainda tem a contraprova que se exige para evitar que se saia a exterminar animais.

Hoje nós trouxemos este assunto, está até no *site* da Prefeitura as providências tomadas nesse local e no entorno, como a limpeza do ambiente, tiraram os entulhos, acúmulo de lixo, também a pulverização. Eu não tenho bem confirmada a informação, porque eu soube através de moradores que nos cães do entorno foram colocadas as coleiras repelentes, porque, às vezes, o animal também está bem tratado e pode ser picado pelo mosquito palha e adquirir a doença. É uma doença que não passa do cão para humano, ao tocar o animal não há problema, o problema é o mosquito, a dificuldade é combater esse mosquito, que existe em regiões de mata.

Então, fazendo uma retrospectiva, iniciou no Morro Santana, veio pra Lomba do Pinheiro, foi até a zona do Extremo-Sul, e está agora na Vila Nova. Não é brincadeira, é algo que nós temos que nos preocupar, porque isso deixará sequelas, mesmo que não tenha nada contra humano; depois de devidamente comprovado em animais, destas regiões, eles são

eutanasiados, e as pessoas ficam muito entristecidas, porque perdem o seu animal de estimação. Fora os que andam na rua, que não se têm como detectar a doença.

Então, nós estamos trazendo este alerta para as pessoas tomarem cuidados. Quem mora nessas regiões de mata, e que tem animais, para observar, principalmente, nesta época de verão. Nós somos parceiros, inclusive. Há vacina para os cães, em nível particular, porque o Ministério da Saúde não autoriza ainda essas vacinas, no meio público, e é um tratamento que é bem dispendioso. A Prefeitura realizou essas atividades na Zona Leste, e também os casos que estão em tratamento domiciliar, deve ser aplicado inseticida para que possa proteger as pessoas do entorno.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa presidenta, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Com certeza, a população de Porto Alegre está novamente indignada com a posição do Comtu – Conselho Municipal de Transporte Urbano -, que está indicando, majorando a passagem do transporte coletivo em Porto Alegre para R\$ 4,70. Lamentavelmente, tudo que foi feito nesta Casa com a promessa de reduzir o valor da passagem foi por terra, não resolveu nada. O governo apresentava um discurso para a base do seu governo aqui de que, em reduzindo as isenções, ou tirando algumas delas, como aconteceu com os idosos de 60, 64 anos, não alteraria o valor da passagem. Por incrível que pareça não é isso que vai acontecer. O Comtu aprovando, logo o prefeito irá sancionar, e a população, o microempresário, o empresário que tem que fornecer o transporte coletivo, também vai ser onerado, o custo vai ser elevado tanto para o trabalhador como para o empresário que, por lei, tem que fornecer o vale-transporte. Depois, nós ouvimos aqui muitos da base do governo dizerem, como o próprio governo, que é uma necessidade, em função dos custos, aumentar o valor da passagem. Mas qual é o cidadão que vai suportar isso se não teve reajuste salarial, não teve nenhuma sinalização de melhora na economia para poder justificar esse aumento exorbitante? Mais do que isso, quanto mais aumenta a passagem menos usuário terá. Além disso, o governo sinalizou, e eu creio que a EPTC se envolveu

nesse processo, porque o tempo de passagem de cada ônibus não foi mantido em 7 minutos, pelo contrário, ele aumentou o tempo em alguns horários. No pico manteve, mas na maior parte do tempo, isso é, meio da manhã, meio da tarde, aumentou sensivelmente o tempo de um determinado ônibus em relação ao outro. E a população fica aguardando e não vem o ônibus. O prefeito Marchezan, quando na sua campanha, divulgou que implementaria um aplicativo, para que o cidadão pudesse acompanhar em que momento o ônibus chegaria. Infelizmente, foi pura demagogia, não aconteceu. Agora está claro, visível, que o prefeito Marchezan governa para os grandes, para o empresariado, comunga com a opinião deles e cada vez mais, infelizmente, aproxima-se deles, onerando o cidadão que precisa do transporte público. Tanto é verdade, que, por exemplo, os permissionários de lotação são contrários ao aumento da tarifa, porque não querem reduzir seus passageiros; a sua passagem está em R\$ 6,00 e iria para R\$ 6,60. Hoje, o cidadão busca os aplicativos em vez do transporte coletivo, e os permissionários do transporte coletivo, em vez de se qualificarem, apenas pioram: são ônibus sem ar-condicionado, sem segurança, e a maior parte está sucateada. Em pleno verão, apenas alguns permissionários têm 20% de sua frota com ar-condicionado. Lamentavelmente, essa indignação é real e hoje se reproduz nesta Capital. Temos um prefeito que dialoga com o empresariado e que se esquece do trabalhador. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Presidente, Ver.^a Mônica; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Ontem, o Ver. Wambert subiu nesta tribuna e fez críticas contundentes, mas verdadeiras, em relação à EPTC. Há pouco veio aqui o Ver. Adeli, com razão, falando que nós aprovamos os projetos aqui e não são regulamentados, inclusive, a maior reforma administrativa que o prefeito pediu, ainda em 2017, nós aprovamos e até agora não vale. O jornal Zero Hora fez uma matéria mostrando que tinham mais de 1.500 pessoas, CCs, lotados em órgãos que nós extinguímos aqui. Se perguntarem para mim, se perguntarem para o senhor, para a senhora, ninguém sabe como é que se chamam as secretarias. Ninguém sabe como é que se chamam as secretarias! Nós acordamos aqui,

nessa lei geral dos táxis, e acordamos na votação dos aplicativos, que os dois fariam o exame toxicológico; pois o prefeito vetou para os aplicativos e só ficou para os taxistas. Eu estou encaminhando isso para também falar sobre a EPTC, em relação a esses novos parquímetros que têm em Porto Alegre. E vou falar isso porque nós temos um Banrisul forte, um Banrisul público, um Banrisul que acabou de ter mais de R\$ 300 milhões de lucro, um Banrisul onde o prefeito foi diretor do Banrisul – o prefeito foi diretor do Banrisul! Mas é provável até que o prefeito não saiba. Se ele sabe, está sendo omissivo; se não sabe, tem que tomar uma posição em relação à EPTC, porque a EPTC fez uma licitação para os novos parquímetros e ganhou a empresa Zona Azul Brasil. E só em Porto Alegre, de 1,5 milhão de habitantes, 700 mil pessoas têm Banricompras. O Banricompras, do nosso banco! Guardando as devidas proporções, o Banrisul é uma embaixada para nós, como era a Varig, uma referência, e aí, nos parquímetros de Porto Alegre, essa empresa não aceita o Banricompras! Os parquímetros não aceitam! Mas, se os parquímetros estão em Porto Alegre, se tem 700 mil pessoas com cartão do Banrisul... Aí eles aceitam cartão Elo, cartão Master, cartão Visa e não aceitam Banrisul. Mas o prefeito, que foi diretor do Banrisul, precisa valorizar o Banrisul! O Banrisul está precisando ser reconhecido e valorizado como banco público, como banco de lucro. Agora, por que a empresa essa terceirizada não aceita Banricompras? Os *shoppings* aceitam! Eu estou falando em estacionamento, para facilitar. Eu vou ao Centro, eu só tenho Banricompras, eu só tenho conta no Banrisul – mas tem o Visa, tem o Elo. Quem é que tem o Elo em Porto Alegre? Levanta a mão. Ninguém tem o elo aqui. Quantos têm Banricompras?

Eu não estou criticando a EPTC, eu estou dizendo que a empresa tem obrigação de cobrar dessa empresa que o Banrisul faça parte disso! E o prefeito tem que dizer para o presidente da EPTC que ele precisa exigir! Porque o prefeito, quando ficou desempregado, foi ser diretor do Banrisul – aliás, foi ser diretor do Banrisul porque falsificou a ficha de filiação do partido dele, se elegeu e não pôde assumir! Aí, eles acham que dá certo, mas já me satisfez essa pesquisa aqui agora: todo mundo tem Banricompras e ninguém tem Elo. E o Elo está aqui. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Giovane Byl (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Giovane Byl. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas. Ontem, como tivemos um dia de trabalho que se estendeu até altas horas, e alguns colegas subiram à tribuna trazendo alguns temas, alguns questionamentos, eu não me inscrevi para falar porque, como já era tarde, poderia, Ver. Idenir Cecchim, parecer que, talvez, fosse uma provocação para que a gente se inscrevesse e o quórum da Casa caísse. Então eu preferi deixar para o dia de hoje para responder alguns questionamentos.

Eu quero responder diretamente ao Ver. Prof. Alex Fraga, que ontem subiu à tribuna falando sobre uma denúncia que teria encaminhado ao prefeito diretamente, e também citou o secretário Ramiro Rosário sobre a questão de equipamento, contratado pela prefeitura, de hidrojetos, para a drenagem da Cidade. Como eu não tinha resposta técnica, eu fui, na realidade, buscar com o secretário adjunto, Júlio Hofer, que nos respondeu tecnicamente, e vou passar a todos os vereadores a questão levantada pelo Ver. Prof. Alex Fraga. Eu quero fazer um pedido a V. Exa., Ver. Prof. Alex Fraga, que leia as notas taquigráficas sobre o que o senhor disse aqui e procure no Portal Transparência a concorrência pública que foi feita e por que disso. O senhor deixou no ar aqui como se fosse, além de incompetência, alguma negociata para beneficiar alguém – isso é muito ruim. Eu lhe peço, encarecidamente, que o senhor faça isso, porque eu tenho certeza que irá rever, talvez, fazendo uma autoanálise, que cometeu algum equívoco, ou, no mínimo, o senhor foi injusto. Uma coisa que eu tenho certeza que as pessoas que conhecem o prefeito Nelson Marchezan sabem bem, todos nós aqui temos defeitos, mas todos sabem da lisura, do compromisso e da raiva que ele tem com qualquer tipo de ilegalidade, ou imoralidade, Ver. Prof. Alex Fraga. Então, eu vou lhe entregar aqui as justificativas da Secretaria de Serviços Urbanos, que são simples. O equipamento próprio da Prefeitura, realmente, é mais potente, mas é um equipamento mais velho que estava, inclusive, passando por vários consertos, ele foi customizado para ser mais potente, e não tem no mercado com aquela potência e todas as especificações técnicas. Os equipamentos que

foram contratados, por concorrência pública, para fazer o desentupimento e combater ao máximo o alagamento, estão em pleno funcionamento, estão dando conta do recado.

Então, eu vou entregar em mãos a todos os vereadores, mas eu quero lhe pedir, encarecidamente, que peça as suas notas taquigráficas e as leia, porque eu tenho certeza que o senhor, com a sua coerência, fará uma avaliação diferente do tema. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, Ver. Engº Comassetto, Ver. Adeli Sell, Ver. Aldacir Oliboni, é uma quinta-feira que se repete ano a ano, Ver. Bosco. Eu queria fazer um comentário em cima da sua fala. Antes, o senhor falou das máquinas, e eu me preocupei o dia que tive que usar uma dessas máquinas e, agora, Ver. Bosco, além de pagar – e nós entendemos que é uma forma de democratização do espaço, do sujeito não chegar ali, estacionar e ficar o dia inteiro, então é um mínimo de democratização –, a pessoa também tem que digitar a placa do automóvel.

Ou seja, não basta colocar o tíquete dentro do carro – que já identifica o carro, está ali o carro e a placa –, agora, também tem que digitar a placa do carro. E um teclado, talvez, para nós, que estamos acostumados a digitar e a teclar, não é algo tão difícil, mas nem todo mundo está acostumado a fazer isso.

Eu quero confessar para vocês que, na primeira tentativa, eu excedi o tempo, tive de tentar na segunda vez para conseguir dar tempo de digitar. Eu estou dizendo só uma questão muito simples, imaginem uma pessoa que está chegando num compromisso, chega na máquina e ela não está funcionando, ou não está aceitando o cartão de crédito, que já vi acontecer três vezes comigo, isso acaba burocratizando.

Era mais simples antes: você colocava a moeda e apertava no botão. Colocava uma quantidade xis de moeda e apertava no botão verde, estava ali o tíquete e colocava dentro do automóvel. Agora é placa, o cartão de crédito nem sempre funciona, então, fica

aí um primeiro questionamento a esse sistema que sequer aceita o Banrisul, como o Ver. Bosco colocou.

Mas eu quero falar aqui principalmente da questão da tarifa. Todos os anos, neste mesmo período, temos os aumentos. Esta Câmara já aprovou a isenção do ISS para as empresas, acabou aprovando, infelizmente, a retirada do benefício dos idosos. O prefeito ataca o transporte público, o transporte público perde passageiros, a cada ano, em torno de 10% das pessoas deixam de usar o ônibus, e acaba criando um círculo vicioso: menos pessoas utilizam o ônibus, mais cara fica a passagem. Nós vamos chegar numa passagem de quase R\$ 5,00. O prefeito saiu nas redes sociais se gabando que houve uma redução. Poderia ter aumentado muito mais, mas com todos os ataques e as questões que foram aprovadas, inclusive nesta Câmara, mesmo assim, a passagem vai chegar a quase R\$ 5,00 – discutia-se R\$ 4,75, ou R\$ 4,70 hoje pela manhã no Comtu. Então, nisso a gente tem que concordar com a ATP, ela faz – pelo menos coloca os *outdoors* nos próprios ônibus –, uma campanha incentivando que as pessoas utilizem o ônibus. Para que as pessoas utilizem o ônibus, o ônibus tem que ser um transporte de qualidade, chegar no horário. Sequer os GPSs... O prefeito até ensaiou um início de enfrentamento com as empresas através do ar-condicionado, mas logo recuou, Ver. Oliboni. Fez um decreto, estabeleceu prazo, esse prazo não foi cumprido, está aí o calor intenso da nossa Porto Alegre, e os ônibus continuam sem ar-condicionado funcionando. Inclusive, tivemos que aprovar aqui leis que determinavam que o ônibus, em funcionamento, deveria estar com o ar-condicionado ligado. Quer dizer que se chega a ponto de a Câmara ter que legislar para que o ar-condicionado fique ligado dentro do ônibus. Então, estamos ainda em um processo muito primitivo no nosso transporte coletivo da Cidade. E a Carris, quero sempre lembrar aqui, foi a empresa pública premiada como melhor empresa do Brasil, não somente entre as públicas, mas entre as públicas e as privadas, nos anos 1990 e início dos anos 2000. Então, nós retrocedemos muito nos últimos anos. Os ônibus estão envelhecendo, aprovamos aqui também nesta Câmara a possibilidade dos ônibus durarem, mas isso tudo deveria reduzir a tarifa e não aumentá-la. Nem quero entrar aqui nos outros detalhes, a questão do consumo de pneus que aumenta a cada ano sem justificativa, e inúmeras outras questões. Então, lamentamos que, mais uma vez, o transporte público da Cidade não seja prioridade e é

colocado como uma mercadoria em vez de ser colocado como um direito de as pessoas se locomoverem na Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; quero voltar a um tema que é muito importante, até porque a instituição dos Bombeiros é considerada uma das instituições de maior credibilidade no Estado, mas, depois daquele acidente na boate Kiss, muitas coisas colocaram praticamente toda a responsabilidade nos bombeiros. Aqui diz o seguinte, no Jornal do Comércio, quero dar credibilidade ao jornal (Lê.): “Falta de PPCI é realidade em 99,7% das escolas estaduais”, porque o Estado, diz a matéria, espera uma verba do BIRD para reformas elétricas, que poderá ser perdida no final de fevereiro – se não fizer, poderá ser perdida essa verba, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Ao mesmo tempo, pergunto se algum vereador, a Casa ou o líder do governo tem alguma informação sobre as escolas do Município em relação ao PPCI; caso contrário, vou pedir uma informação de quais as condições das escolas municipais frente a essa exigência. Eu tenho certeza de que os senhores e as senhoras, volta e meia, são questionados sobre uma empresa que não abriu, uma empresa que não tenha ainda PPCI, culpando aqui ou acolá, mas toda essa responsabilidade praticamente recai sobre os bombeiros, Ver. Ricardo. É um estudo muito técnico, de uma capacidade de conhecimento enorme, eu tenho certeza de que os bombeiros não têm toda estrutura para atingir essa avalanche de pedidos que vêm da sociedade, não têm estrutura para tal, e os bombeiros ficam sobrecarregados, com uma responsabilidade imensa, uma instituição de uma credibilidade enorme, mas que não tem estrutura para toda essa demanda. Quando surge, e aqui está a prova, o caso, por exemplo, do Ninho do Urubu, lá do Flamengo, o que diz aqui na página esportiva (Lê.): “A proposta de indenização apresentada pelo Flamengo às famílias das vítimas do incêndio no CT do Ninho do Urubu foi cerca de um quinto daquela exigida pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro”, ou seja, o Flamengo teria oferecido valores que variam de R\$ 300 mil a R\$ 400 mil por família, enquanto os órgãos estaduais

queriam R\$ 2 milhões para cada um. Ainda ontem o Ministério Público carioca pediu o bloqueio das contas do clube e a interdição do centro de treinamento. Olhem o problema que tem o maior clube do Brasil, com a maior torcida. Não respeitava, achava que poderia fazer o que bem entendia e o que bem entende, porque ainda traz imensas dificuldades para os bombeiros, lá no caso do Rio de Janeiro. Portanto, temos que dar força aos bombeiros; eles têm que exigir, sim, mas eles têm que ter condições para fazer aquilo que é necessário na liberação de empreendimentos. Essa é uma das partes mais importantes, pois, quando eu era secretário, Ver. Idenir Cecchim, passava pela antiga SMOV, nós encaminhávamos, fazíamos a intermediação, era praticamente a última etapa. Aí vem a burocracia do Estado, do Município, e, para se salvarem, empurram para os bombeiros decidirem tudo aquilo que, muitas vezes, demoraram quatro, cinco ou até mais anos. Então, é um momento de reconhecimento de uma tarefa árdua, do PPCI, pelos bombeiros, na prevenção de incêndios. Esse tipo de plano é necessário para não acontecer isso que aconteceu no Rio de Janeiro. Depois disso, foram interditadas várias concentrações pelo Brasil afora, proibindo menores de ficarem naqueles recintos, só adultos, porque tem certas exigências e o País é uma gandaia. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, quero dizer da importância dos bombeiros, tenho o máximo respeito pelos bombeiros, que devem ser ajudados, compreendidos pela sociedade no sentido de fazerem o seu trabalho; do contrário, tudo cai nas costas dos bombeiros. Somos a favor da abertura de mais instituições, mais empresas. Às vezes eu pergunto: “Mas por que é que está quatro anos atrasado? Será que o seu engenheiro, a sua arquiteta não errou o projeto, não pode fazer um projeto novo e adaptar ao PPCI, aos bombeiros?”, “Ah, mas faz quatro anos...” E ali vem taxa sobre taxa. Ou seja, o proprietário pensa que são os bombeiros, mas, na realidade, o projeto foi malfeito, tem que fazer um projeto novo, mas daí tem que pagar de novo, e começa o problema. Então, Ver. Tessaro, os bombeiros têm o máximo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito a presença do Ver. Mendes Ribeiro para presidir os trabalhos, para que eu possa utilizar o Tempo de Presidente.

(O Ver Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas vereadores, colegas vereadoras, para minha tristeza, sempre tenho que registrar que tenho só duas colegas vereadoras, a Karen e a Lourdes. Gostaria de ter mais vereadoras neste plenário.

Utilizo a tribuna, hoje, para falar sobre uma notícia que saiu na Rádio Gaúcha sob o seguinte título: “Vereadores de Porto Alegre vão gastar R\$ 22 mil com duas novas máquinas de café”. Bem, essa notícia que saiu, na Rádio Gaúcha, é completamente tendenciosa, equivocada, e eu, como jornalista, sou a primeira a defender a imprensa, a necessidade de tudo ser divulgado e falado de forma transparente, mas, sempre, prezo muito e digo, alto e bom som, que o comunicador, aquele que leva a notícia, que compartilha, precisa ter muita responsabilidade. Utilizo a tribuna, hoje, como jornalista, como Presidente e como vereadora.

A Rádio Gaúcha noticiou a licitação para aquisição da máquina de café pela Câmara Municipal de Porto Alegre. Saibam os senhores que o contrato venceu, e fizemos uma nova licitação. O primeiro pregão não foi homologado, porque ficou muito caro. Foi para a segunda tentativa, até conseguirmos finalizar. Ficamos um período, até um pouco maior, sem essa contratação, buscando, ao máximo, condições mais econômicas para a Câmara. Cumprimos todo o rito e ditames da Lei nº 8.666/1993, de licitações. As administrações anteriores, sempre tiveram máquinas. A variação de preço, que é de R\$ 4,780 mil, decorre da melhor qualidade da máquina contratada, uma vez que anterior tinha problemas de funcionamento. Deveria a Rádio Gaúcha, através do jornalista Jocimar Farina, informar que o custo diário da máquina, por vereador, representa R\$ 3,16. Portanto, a máquina foi contratada na forma da lei, atendendo às necessidades desta Casa. Eu gostaria também aqui, aproveitando a oportunidade, de mostrar aos senhores que essa matéria acontece todo o ano. (Mostra material.) O mesmo jornalista, em 2017, publicou essa matéria e, agora, nesta gestão, a mesma, igual. Não é novidade, é uma pena que não publicam também as coisas boas que a Câmara faz.

Por que eu estou aqui? Minha natureza é espontânea, franca e eu não gosto de injustiça. Eu tenho 25 anos de Câmara Municipal, sei do trabalho desses vereadores, da preocupação de cada um, do trabalho dos funcionários do quadro e dos CCs desta Casa, acompanho todos, conheço esta Casa na palma da minha mão. Se depender de mim, toda a vez que alguém levantar alguma calúnia, alguma informação equivocada, eu sairei em defesa. Hoje, assim que eu soube dessa matéria açodada, tendenciosa, eu mesma fiz a resposta; não esperei que o coordenador de Comunicação fizesse, ou que a Comunicação da Casa fizesse, porque não vou aceitar que tentem manchar o nome da Câmara Municipal, que economiza, que devolve dinheiro antes do tempo, que, inclusive, doa carros. Saibam os senhores que a primeira visita que eu recebi no meu gabinete, como Presidente, foi do chefe do Setor de Transportes solicitando a compra de dois automóveis, porque eles não têm carros. Com a doação, na outra gestão, eles estão enfrentando dificuldades para dar conta às demandas, às demandas das comissões, às demandas dos vereadores; e a minha resposta foi não. Não comprarei automóveis, vamos usar o que temos. Senhores, isso não saiu na imprensa. Não mandei divulgar isso, e a imprensa não pesquisou também. Eu sou uma jornalista, eu trabalhei como jornalista, mas eu tenho muita responsabilidade nas informações que eu compartilho, e esse tipo de matéria eu não aceito! Não esperem de mim, jamais, que eu me cale! Sairei sempre em defesa do que é correto, do que é justo. Por isso utilizo o Tempo de Presidente para dizer que eu tenho muito orgulho da Câmara Municipal de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

Vereador Adeli Sell (PT): Presidente em exercício, Mendes Ribeiro, Presidente Mônica, para uma questão de ordem e um Requerimento. Primeiro, a minha solidariedade irrestrita à sua posição e ao pronunciamento feito agora. Segundo, eu acho que, além da resposta dada, é preciso inclusive verificar nas nossas mídias um esclarecimento, porque ficam dúvidas, parece que é assim todo mês, todo dia, que cada semana se gasta R\$ 22 mil, que aumentou num mês R\$ 4 mil – o que não é nada verdade. Eu digo mais, eu quero repetir o que lhe falei pessoalmente, e vou fazer um Requerimento para senhora e para a

Mesa: que a Mesa paute a questão do café e de alguns gastos na Casa. Seria melhor para a Casa, que já poupa muito, que devolve dinheiro, que a gente tivesse na QBM, na quota básica mensal, um pequeno valor “em café”, que a pessoa pudesse optar, no seu gabinete e nas comissões, de ter as cápsulas para as máquinas, ou um café de qualidade, porque nas licitações se pede café, e a gente está tomando, nos últimos dias, ontem foi horrível, borra de café, ou melhor dizendo, chafé. Que fique registrado. E esse jornalista tem que vir à Câmara, porque é uma covardia anunciar... porque, hoje na rua, já fui cobrado. Sei que agora vou ao Centro fazer reuniões, vou caminhar e serei cobrado. Vou dizer barbaridades, que não posso dizer aqui publicamente, desse e de outros supostos jornalistas. Sei que serei perseguido, porque já fui colocado na geladeira por órgãos de imprensa por minha opinião, mas não vou me calar. Aqui não se faz falcatrúia, aqui não se toma café como se fosse água. Se aqui não se tem o mínimo direito de poder trabalhar com dignidade, que feche a Câmara de Vereadores! É isso que esse jornal quer? É isso que esse jornalista quer? Eu repudio, eu acho que inclusive vou pensar em escrever uma moção de repúdio ao jornalista, ao órgão de imprensa, e propor aos senhores vereadores e as senhoras vereadoras. Nós não podemos nos submeter à chantagem de qualquer jornalista e de qualquer órgão de imprensa. Espero poder debater publicamente com esse jornalista, porque vou dizer todas as verdades, porque, para discutir, estar aqui cobrindo o que esta Câmara faz, esse jornal e esse jornalista não fazem.

Minha solidariedade irrestrita, eu falo em meu nome pessoal, mas sei que estou falando com a mente e o coração dos outros colegas meus.

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

Vereador Reginaldo Pujol (DEM): Presidente, da mesma forma que o Ver. Adeli, falo em nome pessoal. O vereador já tinha me solicitado, e eu deferi, usará da palavra dentro de poucos minutos o meu colega de bancada, o nosso colega Nelcir Tessaro. Mas de qualquer sorte, mesmo pesando sobre mim a suspeição de integrante da Mesa, junto com V. Exa., o que me dá muito orgulho, quero dizer que, mais do que solidariedade, eu estou ao seu lado, junto com o Ver. Mendes Ribeiro e os demais colegas, porque tenho comigo e, mais do que isso, tenho confirmado a lisura com que V. Exa. procura conduzir os

negócios da Casa. A cautela, a discrição, a responsabilidade, que não me surpreendem por conhecê-la de longa data, mas que são reafirmadas no cotidiano, no dia a dia, na hora a hora. Mais do que nunca, nós precisamos ser inteligentes nesse momento, sem deixar de ter a coragem que V. Exa. demonstrou ter ao ocupar tribuna, expondo-se a eventuais incompreensões e intolerâncias, sem abandonar essa postura, mas aprofundá-la. Iniciar uma guerra não é exatamente o recomendável nesse momento; o recomendável, na boa expressão da estratégia militar, é estabelecer as posições, mantê-las íntegras, insuperáveis e, sobretudo, bem defendidas pela coerência, honradez, honestidade e lisura com que esta Casa vem sendo conduzida nos dias presentes, e que outra coisa não poderia ocorrer num Legislativo que tem a presidi-lo alguém com tamanha tradição, iniciada na assessoria da Casa e hoje na presidência dos trabalhos. Estamos juntos, mais uma vez, minha Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Reginaldo Pujol.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Vereadora Mônica Leal, também queremos aqui manifestar a nossa solidariedade a V. Exa. por essa barbaridade que está acontecendo. Infelizmente, muitas vezes, as pessoas não têm a compreensão de como funciona o serviço público. Quero parabenizá-la, porque estou convicto de que a máquina de café tem um custo menor do que colocarmos todo o café fora ao final do dia, todos os dias, porque deixamos as garrafas térmicas cheias de café. A máquina de café serve um café, a pessoa toma aquele café, e nada vai fora. Também queria cumprimentar a imprensa, que tem mudado pontos de vista e feito pautas propositivas, como a que foi feita pelo Fabiano Brasil, da Rádio Guaíba, comigo e com os vereadores Adeli, Rafão e Mauro Pinheiro, destacando os aspectos positivos do que pode ser feito pela nossa Cidade, com um enfrentamento de peito aberto, querendo que as coisas deem certo. Todos aqui foram eleitos pelo princípio de fazer as coisas de maneira correta, de maneira a construir algo melhor para a sociedade e deixar um bom legado. E tem jornalista que parece que não entende, que passa o tempo inteiro querendo fazer picuinha, fofoca, enfim. Então, V. Exa. tem a solidariedade da bancada do PDT também. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Márcio.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, minha solidariedade, mas há necessidade de informação, porque nos pegam sempre de surpresa, falando de coisas que a gente não faz. Assim como o cidadão pensa lá fora que nós temos aposentadoria, não se fala que o vereador não tem aposentadoria; se fala, no geral, que o político tem aposentadoria. Só quem tem aposentadoria, praticamente definida, e será modificada agora na lei da previdência, são o Senado e a Câmara Federal. Os próprios estados têm seus regimes próprios e isso será modificado. Aqui na Assembleia foi modificado. Portanto, eu não tenho aposentadoria, nem de deputado e nem de vereador, porque não existe.

Segundo, quero contribuir mais ainda: o Estado de São Paulo tem emendas parlamentares para deputado. Lá tem Tribunal de Contas do Município, como tem em São Paulo e Rio de Janeiro. Lá tem carro próprio para vereador. Nós não temos nada disso. Eu acho que é importante aproveitar essa oportunidade e começar a informar o que a gente tem. No passado, quem sabe, aqui, cada vereador tinha um carro. É verdade. O Ver. João Bosco está informando que nunca teve, mas a Casa tinha e até devolveu carros. Havia carros sobrando, mas agora não têm mais nada. E também esse detalhe que fizeram aqui: nós fomos capazes – foi uma iniciativa, modéstia à parte, deste vereador –, de, no meio do ano, devolver em torno de 15, depois mais tanto... Como aconteceu, a Casa devolve dinheiro, mas ela tem que ter estrutura, então, nós temos que tratar como estrutura, não exagero. Exagero nem nós, nos nossos gabinetes, queremos. E gabinete, cada um cuida do seu. Mas eu acho que é importante a gente não querer brigar, mas informar que nós temos uma Câmara transparente, que temos uma Câmara, em relação a muitas, enxuta. Um dia desses, o Ver. Goulart referiu aqui que nós ganhamos pouco. Eu não concordo que nós ganhamos pouco, mas, se formos fazer uma comparação com as câmaras do interior, nós ganhamos menos do que as câmaras do interior, muitas vezes, e nós estamos todos os dias aqui. Tem câmara no interior em que só se reúnem na segunda-feira e na terça-feira, de noite ainda. Então, a gente tem que divulgar mais coisas boas da Câmara, que ela é enxuta em relação a outras do País. O gaúcho tem que cobrar mesmo, e cobra. Portanto, nós temos que preservar aquilo que é nosso, se ficarmos quietos, dá impressão que estamos fazendo coisa errada. Não estamos! O Tribunal de Contas toda hora está suscitando por que aconteceu aquilo...

Quer dizer, há uma fiscalização rígida sobre a Câmara. Eu entendo que a nossa Câmara é muito enxuta, ela é transparente, vai cometer seus errinhos aqui ou acolá, mas nada que influencie uma corrupção ou coisa semelhante. Não, ela é uma Câmara saudável que representa muito bem a população de Porto Alegre, e nós temos que começar a dialogar. Até peço que a gente possa fazer uma comissão aqui e ir aos meios de comunicação expressar o que nós temos aqui, como nós trabalhamos, mostrar a nossa transparência, o que nós temos direito. Porque o que falam de bobagens na rua... que nós somos aposentados, que nós temos isso, que nós temos aquilo, que nós temos carro pela Câmara... Não é nada disso.

Então, eu gostaria de dar essa contribuição. Solidariedade, mas vamos divulgar e vamos fazer uma visita. A senhora, como Presidente, me leve, leve uma comissão, cada um dos líderes dos partidos, e vamos aos veículos de comunicação: qual é a dúvida que vocês têm? Então acho que é salutar esse embate, no bom sentido. Ou seja, essa é minha colaboração. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. Feito o registro.

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste; primeiramente quero dizer, Sra. Presidente, que a senhora tem toda solidariedade da nossa bancada. Já fui presidente desta Casa e é muito importante que as pessoas de fora, que relatam coisas, venham conhecer o que é esta Casa, o que esta Casa economiza por ano e o que devolve de dinheiro à Prefeitura. Esta Casa controla todos seus gastos, e, quando acontecem licitações, escolhe-se quem oferece o menor preço e qualidade – não podemos simplesmente aceitar o menor preço e baixa qualidade.

Eu quero falar em liderança, agradecendo ao meu líder, Ver. Pujol, na continuidade da fala do Ver. Cassiá Carpes. Nós temos sérios problemas, sim, de fiscalização em Porto Alegre quanto ao PPCI, quanto ao seu funcionamento, desde hotéis, prédios, restaurantes, estacionamentos de diversos tipos. Esses PPCIs de que eu falo são justamente daqueles prédios antigos, cujos alvarás foram retirados naquela época, quando não se exigia o laudo ou o plano de combate ao incêndio, que é feito, hoje, pelo

Corpo de Bombeiros. Cito alguns desses tipos de empreendimentos. Qual a segurança ou como podem funcionar as lojas, as salas do edifício esqueletão se ali não tem PPCI e nem alvará? Como podem funcionar os estacionamentos localizados na Av. Júlio de Castilhos e na Av. Mauá, que são prédios antigos e que nunca foi exigido que ali fosse feito adequações com plano de combate ao incêndio, porque, na época em que foram construídos, tiveram um tipo de projeto aprovado? Hoje todos os projetos que são edificados em Porto Alegre têm que ter a aprovação do Corpo de Bombeiros, ou, então, têm que ter o responsável técnico, que eu acho mais importante. Tendo um responsável técnico pelo projeto, esse será punido no caso de acontecer algum sinistro no imóvel, no empreendimento. Sabemos que, para a fiscalização, o Corpo de Bombeiros têm o seu corpo técnico muito pequeno. Então, nos imóveis novos, fazer uma adequação para que haja a responsabilidade de engenheiros formados, capacitados para atestarem que o imóvel está dentro dos padrões e possam, sim, ser liberados. Os demais imóveis em que funcionam o comércio e que podem proporcionar risco às pessoas que transitam na Cidade ou aos próprios ocupantes, sejam eles do comércio ou funcionários locais, têm ser, sim, fiscalizados, dando uma notificação para um tempo de readequação ou adequação às normas para que possam ser evitados incêndios, prejuízos, sinistros ou fatalidades, como ocorreu no Rio de Janeiro.

O episódio do Flamengo não é um fato isolado. Aqui, em Porto Alegre, Ver. Cassiá Carpes, na Av. Prof. Oscar Pereira, tem albergue para os iniciantes que querem entrar na escolinha de futebol para serem aproveitados no Internacional ou em outro clube. Eles ficam em alojamentos que são locados por particulares. Pergunto: quem faz essa fiscalização? O clube tem a sua responsabilidade quando abriga e deixa os jovens na concentração, residindo temporariamente até que possam estar frequentando a base do clube? Mas os iniciantes que vem do interior e não tem onde ficar e ficam nesses albergues? Como ficam as situações desses jovens? Então, não podemos, justamente, fazer com que fatos fora do local, que é destinado ao esporte, fora da concentração... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...fora do espaço que o clube destina para que seja o alojamento desses jovens que vem do interior, que já estão em categoria de base, que já tem uma formação, que podem eles, sim, serem reaproveitados para o time de futebol, esses o clube é responsável, porque eles estão dentro da sua sede, abrigando esses

jovens. E os iniciantes que estão em albergue porque eles pretendem entrar para a escolinha, e eles vêm do interior, não tem parentes na Capital e o pais, os responsáveis os colocam nesses alojamentos particulares? Então, essa fiscalização tem que ser ampla, não vamos condenar os clubes aqui, porque eu tenho certeza que os clubes de Porto Alegre prezam pela segurança dos seus jovens, mas vamos fazer uma fiscalização nesses prédios que são antigos e que não têm um plano de combate a incêndio e que podem oferecer risco à sociedade e às pessoas que ali trabalham. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores. Hoje, pela manhã, eu, o Ver. Rafão, o Ver. Adeli Sell e o Ver. Mauro Pinheiro estivemos na Rádio Guaíba, com o Fabiano Brasil, e, na oportunidade, anunciei que faria uma visita na Zona Leste por ocasião da falta de água. E, mais uma vez, hoje, treze bairros da Cidade ficaram sem água, com isso, relembrei aqui, Ver. Carús, de uma pauta que nós tratamos lá na Rádio Guaíba sobre a falta de água na Zona Leste. Mas hoje, especialmente, fomos fazer uma visita lá para o Sadi e para a Carmem, pessoal da creche da Quinta do Portal, em que existe uma expectativa de uma expansão das dependências da creche. Hoje, a creche acolhe 114 crianças, tem capacidade para 120 crianças, e o objetivo é poder atender ali 210 crianças, a partir dessa expansão.

Nós percebemos que tem um terreno, ao lado da creche, que está finalizando uma obra, é um próprio da Prefeitura, já fizemos um pedido de providências com relação à ampliação da creche. E queria que vocês vissem o capricho da creche, estivemos lá olhando o Jardim 1, Jardim B, Jardim A, todas as séries iniciais, enfim, olha, é de dar gosto. E ainda por cima, estava lá o Miguel, que é o bombeiro voluntário, que nos relatou que, semana passada, eles fizeram um teste de prevenção e uma evacuação das crianças. E como já vimos muitos casos de creches pegando fogo, então acho que é muito importante essa

preocupação. Ainda mais nos tempos de hoje aí, com a situação que houve com o Flamengo, a Boate Kiss, já fechou seis anos daquela tragédia. Então, hoje, percebemos que existe toda uma preocupação com as novas adequações às novas creches. Essa foi uma creche instalada já pelo nosso governo, em 2009, e tivemos uma participação importante ali, no que diz respeito à organização daquele que foi o trabalho que a Secretaria do Planejamento, à época, fez, que foi o projeto urbanístico da regularização fundiária, que, hoje, depois dessa sequência de anos passados, a Procuradoria já está preparando e entregando as matrículas para os moradores. Então, temos uma relação com as lideranças daquela região. E, por ocasião, então, dessa ação do mandato na rua, nós, hoje, estivemos de manhã por lá.

Chamo a atenção que, também, por ocasião das obras, o campo de futebol está muito revirado, com canos de esgoto, enfim, queremos também pedir uma atenção especial para que se possa ali fazer uma atenção naquele campo de futebol ao lado da creche e que, efetivamente, tenhamos, por parte do governo, a sensibilidade de ceder essa expansão. A ideia é também poder construir um refeitório ali. Nos fundos da creche, fica localizado um solar onde as crianças brincam, acaba que os funcionários têm que fazer as suas refeições naquele local. Mas ali é um ambiente aberto, muito quente no verão e muito frio no inverno e, digamos assim, que não comporta condições adequadas para que se atue ali de forma a servir as refeições dos funcionários. Então, acho que é oportuno, é importante, quero também aqui, depois, fazer um apelo aos vereadores que quiserem subscrever comigo, nós firmarmos aí uma emenda ao orçamento deste ano para uma previsão de expansão da creche, porque acho oportuna e necessária. A expectativa ali é de que houvesse mais três unidades parecidas com aquela, para atender cerca de 8 mil crianças que residem naquele entorno.

Portanto, fica aqui o registro. Peço também que a nossa assessoria nos socorra para que possamos demonstrar, através de imagens, para os vereadores que também estão aqui...

(Precede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Aqui no caso é o Solar a que se atém a nossa intervenção nesse período de liderança, na tarde de trabalho de hoje, mas a nossa ideia é dar a retaguarda do Legislativo com relação a essa ampliação. Ali é o Seu Sadi, que é

uma liderança, é uma referência conhecida da Casa, é um amigo de muitos legisladores, enfim. A gente percebe o capricho das instalações, e o voto de confiança que esta Casa precisa dar também às pessoas que estão fazendo a diferença lá na ponta, atuando e dando cobertura às nossas crianças e aos nossos adolescentes. Eu agradeço pela atenção de todos, espero poder ter contribuído com essas imagens. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Ricardo Gomes (PP): Sra. Presidente, para dar ciência a todas as Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, acabamos de firmar a convocação para reunião conjunta das comissões, assinam a Ver.^a Mônica Leal, Presidente da Casa; este vereador, presidente da CCJ; o Ver. Aírto Ferronato, presidente da CEFOR; e o Ver. Dr. Goulart, presidente da CUTHAB. Para dar conhecimento a todos os colegas, os presidentes das comissões e a Presidente da Casa: “No uso das atribuições legais, com base no art. 110, § 1º do Regimento Interno deste Poder Legislativo, convoca os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, integrantes destas comissões, para reunião conjunta a ser realizada no dia 26 de fevereiro de 2019, às 10h, no Plenário Otávio Rocha, destinada à apreciação do Parecer Conjunto referente ao PLCE nº 002/19”. Assinam novamente a Presidente da Câmara Municipal e os presidentes da CCJ, da CEFOR e CUTHAB.

Para dar conhecimento a todos os vereadores, eu vou também encaminhar, por *e-mail*, a todos os membros integrantes destas três comissões que estão em atendimento ao que foi deliberado no plenário na data de ontem, que estão sendo convocados para a reunião no dia 26, às 10h, aqui neste plenário. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, obrigada, Ver. Ricardo Gomes.
Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h35min.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Sessão Ordinária 21FEV2019
